

## REFLEXÕES SOBRE OS EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Tais de Moura Ariza Alpino<sup>1</sup>, Claudia Bocca<sup>2</sup>, Denise Barros<sup>3</sup>

1- Especialista em Segurança Alimentar e Nutricional - CESAN/UNIRIO.

e-mail: arizatais@gmail.com

2- Professora, Departamento de Nutrição em Saúde Pública, Escola de Nutrição, UNIRIO.

3- Pesquisadora, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

**Palavras chaves:** Segurança Alimentar e Nutricional, COVID-19, Política pública

### INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19 trouxe enormes impactos sociais, econômicos e de saúde para a população, incluindo efeitos na segurança alimentar e nutricional (SAN). Aproximadamente 135 milhões de pessoas apresentavam insegurança alimentar em 2019<sup>1</sup>, o que tende a piorar, em função da maior vulnerabilidade social e dos efeitos nos sistemas e ambientes alimentares<sup>2</sup>. Tais impactos se tornam ainda maiores em um país como o Brasil, onde persiste uma situação grave de extrema pobreza e desigualdade social e demográfica, que compromete a garantia dos direitos humanos, como por exemplo, água, saneamento, renda e alimentação<sup>3</sup>. Ou seja, onde faltam políticas públicas para garantia de direitos, como o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), a pandemia tende a apresentar efeitos ainda mais desastrosos<sup>4</sup>.

O objetivo deste trabalho é analisar os efeitos da pandemia de COVID-19 na SAN considerando as recentes mudanças institucionais e orçamentárias das políticas públicas neste contexto.

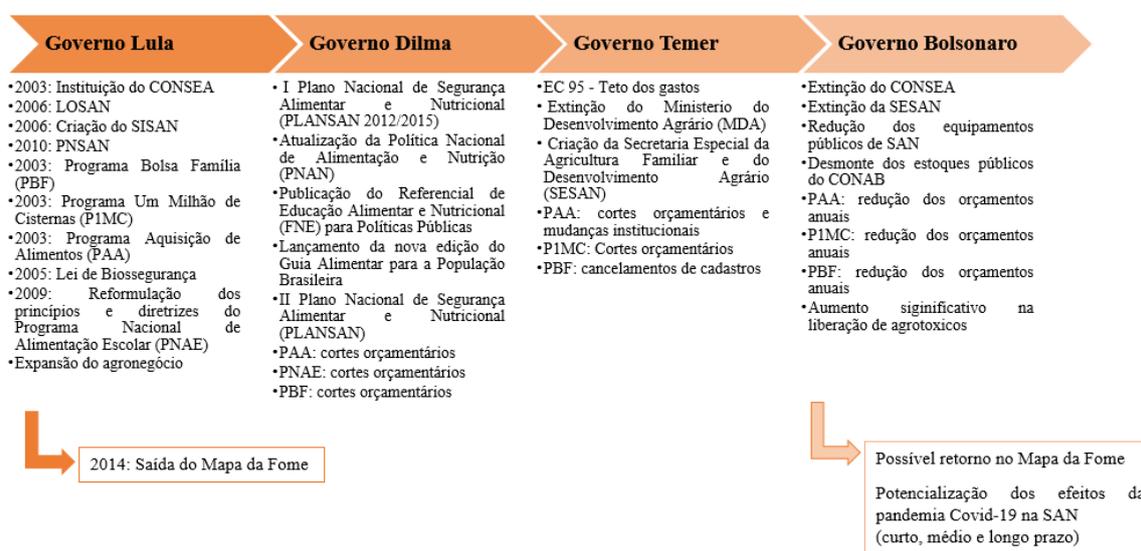
### METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão narrativa da literatura nas bases de dados Scielo e Google Acadêmico no período de março a maio de 2020, com foco nas discussões sobre os desmontes recentes orçamentários e institucionais e os impactos da pandemia de COVID-19 na SAN. Foram utilizados os seguintes descritores e termos de busca: desmontes; políticas públicas; segurança alimentar e nutricional; pandemia; COVID-19. Também foram utilizados documentos nacionais e internacionais que discutissem o objeto em questão, como os elaborados por *Food and Agriculture Organization (FAO)*; *Committee on World Food Security (CFS)*; FIAN Internacional e Brasil.

### RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Brasil vivenciou um período profícuo de avanços nos marcos conceituais e legais de SAN, com a institucionalização da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

(LOSAN), a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e a formulação de programas voltados à garantia do DHAA como Bolsa Família; Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e alterações no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Tais ações resultaram na redução da prevalência da insegurança alimentar e nutricional da população brasileira e na saída do Brasil do Mapa da Fome em 2014<sup>5-9</sup>. No entanto, após tantos avanços significativos, o Brasil é marcado pela crise econômica e política no segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, afetando o orçamento de programas centrais de SAN, o que é agravado nos governos seguintes de Temer e Bolsonaro. Este último, como um dos primeiros atos do seu governo, extingue o CONSEA e dá continuidade a um projeto político de desmonte de políticas públicas na área de SAN. Neste contexto, uma possível volta do Brasil para o Mapa da Fome já era esperada<sup>10,11</sup>, antes mesmo da pandemia. Os efeitos desastrosos desse projeto político já podem ser observados nos resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017/2018<sup>12</sup>. A sistematização dos avanços e retrocessos na agenda da SAN está apresentada na Figura 1.



Elaboração: Próprios autores.

**Figura 1:** Sistematização dos avanços e retrocessos das políticas públicas e programas de combate à fome e pobreza no país a partir de 2003.

De acordo com o *The International Panel of Experts on Sustainable Food Systems*<sup>13</sup>, a COVID-19 irá influenciar os padrões alimentares e consequentemente as diversas formas de má nutrição, como desnutrição, sobrepeso e obesidade. Impactos da pandemia como queda e/ou interrupção das atividades econômicas (produção e transporte de alimentos), combinadas com as restrições comerciais, poderão resultar em uma redução nos orçamentos, nas rendas familiares e no aumento do desemprego, que afetam diretamente a SAN e a concretização do DHAA. Tais efeitos podem ser de curto a longo prazo, com alterações na produção, acesso, abastecimento, consumo de alimentos, e estabilidade do sistema alimentar, especialmente em grupos vulneráveis sociais, econômicos e sanitários. Além disso, as modificações e/ou interrupções de políticas públicas e programas com foco na SAN e o aumento súbito no preço dos alimentos por conta da pandemia ameaçam o ambiente alimentar e de subsistência de comunidades vulneráveis<sup>14</sup>. Os mesmos autores afirmam que é esperado que as populações e

grupos mais vulneráveis priorizem a compra e o consumo de alimentos mais baratos e inadequados do ponto de vista nutricional, como os ultraprocessados, perpetuando uma sinergia complexa entre desnutrição, obesidade e das doenças crônicas não transmissíveis<sup>14</sup>. Os efeitos da pandemia nas dimensões da SAN estabelecidas pela FAO – a saber, disponibilidade de alimentos, acesso, utilização e estabilidade – são também discutidos por Ribeiro Silva *et al* (2020)<sup>15</sup>.

Diante dos efeitos da pandemia de COVID-19 na SAN, é possível afirmar a centralidade do papel do Estado na implementação de políticas públicas voltadas a garantir o DHAA. No entanto, como se observou, o projeto político que foi conduzido no Brasil nos últimos anos e que conforma o cenário que antecede a pandemia, vai exatamente na direção contrária do que seria necessário para minimizar seus efeitos, sendo marcado pela extinção de arranjos institucionais centrais para a garantia do DHAA, bem como reduções orçamentárias drásticas de programas de SAN. A perspectiva intersetorial e o envolvimento dos diferentes atores institucionais e da sociedade civil, aspectos tão centrais na consolidação do SISA, foram intencionalmente desarticulados. Desta forma, qual será a capacidade de resposta do governo brasileiro aos efeitos da pandemia, para além dos impactos na saúde da população?

## CONCLUSÃO

A não valorização e priorização da agenda política de SAN desde a entrada do Governo Temer e intensificado por Bolsonaro, atrelada à pandemia de COVID-19 e seus impactos, podem acarretar em alterações em todas as dimensões da segurança alimentar e nutricional e na violação do DHAA à população brasileira, em especial, àqueles em situação de maior vulnerabilidade social. Deve haver priorização da agenda de SAN nas ações voltadas ao enfrentamento da COVID-19, visto que lidar com esta pandemia em uma perspectiva reducionista de número de infectados e de mortes tende a agravar a situação, que já se figura como desastrosa.

## REFERÊNCIAS

1. GLOBAL NETWORK AGAINST FOOD CRISES AND FOOD SECURITY INFORMATION NETWORK (FSIN). *Global Report on Food Crises*. Joint analysis for better decisions. 2020.
2. SAMBUICHI, R.H. R.; ALMEIDA, A.F.C.S.D.; PERIN, G.; SPÍNOLA, P.A.C.; PELLA, A.F.C. *O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): instrumento de dinamismo econômico, combate à pobreza e promoção da Segurança Alimentar e Nutricional em tempos de COVID-19*. Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur). IPEA. Nota técnica no 17, 2020.
3. BARRETO, M.L.; BARROS, A.J.D.D.; CARVALHO, M.S.; CODEÇO, C.T.; HALLAL, P.R.C.; MEDRONHO, R.D.A.; STRUCHINER, C.J.; VICTORA, C.G.; WERNECK, G.L. O que é urgente e necessário para subsidiar as políticas de enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Brasil?. *Rev. bras. epidemiol.*, Rio de Janeiro, v. 23, e200032, 2020.
4. FARIAS, H.S. O avanço da COVID-19 e o isolamento social como estratégia para redução da vulnerabilidade. *Espaço e Economia* [Online], 17; 2020.
5. FAO, FIDA ET PAM. *Statistiques Division, Hunger Map. 2014*. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4033e.pdf>.

6. SILVA, S. P. *A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília: Rio de Janeiro, 2014.
7. COSTA, C.; PASQUAL, M. Participação e políticas públicas na segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Participação Popular nas Políticas Públicas*, 97, 2006.
8. AMARAL, V.R.; BASSO, D. Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: uma análise em perspectiva histórica. *Colóquio*, 13(1), 181-200, 2016.
9. HAACK, A.; FORTES, R.; ABU ALI, B.; ALVARENGA, A.P. Políticas e programas de nutrição no Brasil da década de 30 até 2018: uma revisão da literatura. *Revista Com. Ciências Saúde*; 29(2):126-138, 2018.
10. VASCONCELOS, F.D.A.G.; MACHADO, M. L.; MEDEIROS, M.A.T.; NEVES, J.A.; RECINE, E.; PASQUIM, E.M. Políticas públicas de alimentação e nutrição do Brasil: de Lula a Temer. *Revista de Nutrição*, 32, 2019.
11. FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO); WORLD FOOD PROGRAMME (WFP); UNICEF. *The state of food security and nutrition in the world 2019: safeguarding against economic slowdowns and downturns*. 2019.
12. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018. Brasil: IBGE, 2020.
13. THE INTERNATIONAL PANEL OF EXPERTS ON SUSTAINABLE FOOD SYSTEMS (IPES-FOOD). *COVID-19 and the crisis in food systems: Symptoms, causes, and potential solutions*. 2020.
14. HUIZAR, M. I.; ARENA, R.; LADDU.; D.R. The global food syndemic: the impact of food insecurity, malnutrition and obesity on the healthspan amid the COVID-19 pandemic. *Progress in cardiovascular diseases*, 2020.
15. RIBEIRO-SILVA, R.C.; PEREIRA, M.; CAMPELLO, T.; ARAGÃO, E.; GUIMARÃES, J.M.M.; FERREIRA, A.J.F.; BARRETO, M.L.; SANTOS, S.M.C. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(9), 3421-3430. Epub August 28, 2020.